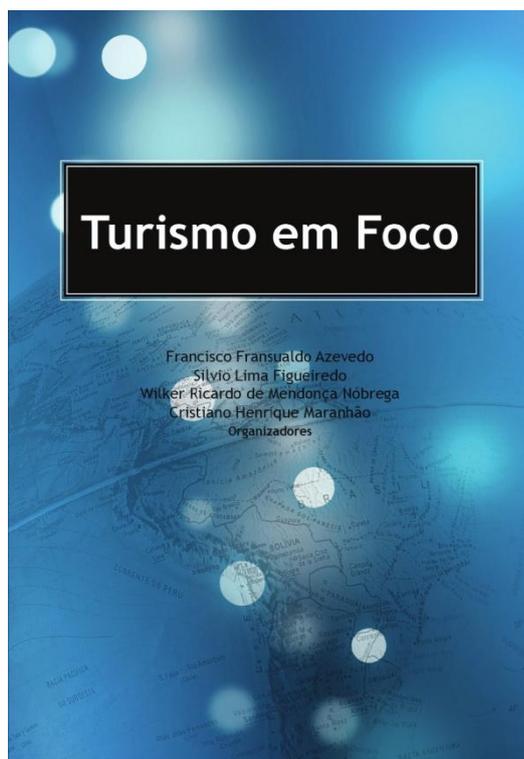


Resenha

TURISMO EM FOCO¹

Tássio Ricelly Pinto de Farias²



¹ AZEVEDO, Francisco Fransualdo... *et al.* (Orgs.) **Turismo em Foco**. Belém: NAEA, 2013. 352 p. (ISBN 978-85-7143-110-2).

² Graduado em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas – PPGCISH/UERN. E-mail: tassioricelly@gmail.com

A obra *Turismo em Foco* é resultado de uma parceria entre a Universidade Federal do Pará e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e veio a público com a chancela do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Foi organizado por Francisco Fransualdo Azevedo, Silvio Lima Figueiredo, Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega e Christiano Henrique da Silva Maranhão, professores que, não somente reuniram e selecionaram o material para a composição do livro, assim como contribuíram com textos que resultaram de suas pesquisas acadêmicas. São profissionais de áreas distintas que “iluminam a coletânea [...], de amplo espectro disciplinar e temático, priorizando recortes espaciais focados nos estados do Pará e Rio Grande do Norte” (RODRIGUES *In* AZEVEDO *et al.*, 2013, p. 7). A obra também contou com três colaborações de autores moçambicanos.

A coletânea divide-se em cinco partes, no entanto, o primeiro capítulo³ precede essa divisão, não se encontrando assim em nenhuma delas. Ele teve a autoria dos organizadores da obra e consiste numa abordagem teórica sobre a globalização e as políticas públicas como aspectos marcantes do turismo contemporâneo. Os autores afirmam que o turismo tem sido uma das atividades que mais cresce nas sociedades atuais, por isso ele exige ser pensando e teorizado. “Dessa forma, se instaura uma certa maneira de estudar/compreender o turismo, em um mix de abordagens multidisciplinar e interdisciplinar, que aponta para todas as nuances do fenômeno [...]” (AZEVEDO *et al.*, 2013, p. 13), ou seja, não se pode mais conceber o turismo como simples deslocamento, ou então, viagem, nem muito menos restringi-lo e analisá-lo apenas enquanto fenômeno econômico. Faz-se necessário uma visão mais complexa. O capítulo trata ainda das novas peculiaridades do turismo, “[...] dentro do novo paradigma produtivo mundial” (*Idem*, p. 14), que o faz romper ligações com o modelo fordista de produção, e o flexibiliza diante de um mercado mais exigente, diga-se, em constante mudança. Para os autores, o turismo se insere “[...] no processo que ficou conhecido nas ciências humanas e sociais como reestruturação produtiva do capital” (*Idem*, p. 15), e, portanto, apresenta-se como

³ Turismo em foco: globalização e políticas públicas.

fenômeno socioeconômico e cultural de forte expressão na contemporaneidade. Por fim, aborda-se a questão das políticas públicas, foco da terceira parte da coletânea.

O capítulo dois⁴ foi produzido por Fernandes⁵. Nele, abordam-se aspectos histórico-espaciais e ambientais do litoral potiguar, onde ficam claras as especificidades econômicas de algumas regiões. Para Fernandes (2013, p. 28 *In AZEVEDO et al.*) “[...] o litoral passou a representar até as décadas de 1950-1960 a possibilidade e a garantia de sobrevivência para os excluídos dos núcleos urbanos [...]”. No entanto, apesar de se instalarem no litoral e lá desenvolverem seus modos de produção, estas comunidades causaram poucos impactos ao espaço natural. O que de fato modificou profundamente o litoral do RN foi a atividade turística, criadora e reconfiguradora de espaços. O texto apresenta ainda algumas políticas públicas de turismo aplicadas no litoral potiguar, além de refletir sobre o discurso da (in)sustentabilidade ambiental da política de turismo no RN, uma vez que os grandes interesses envolvidos no turismo são capitalistas e se orientam em direção ao lucro, mas não em direção a preservação da natureza.

O capítulo três⁶ consiste numa contribuição de Aledo⁷, Fernandes⁸ e Mello⁹, e aborda a questão dos impactos socioambientais provocados pelo turismo, sendo ele uma atividade que provoca alterações nos “[...] meios tanto físicos, bióticos, quanto sociais” (ALEDO *et al.*, 2013, p. 46 *In AZEVEDO et al.*), analisando especificamente o caso de Pipa/RN, distrito do município de Tibau do Sul. Por ser a atividade econômica de maior relevância em Pipa, o turismo acaba por forçar a reconstrução do espaço, modificando hábitos, além de reconfigurar as relações de produção dessa localidade, promovendo o enriquecimento de uma minoria de empresários, e conservado a condição de pobreza da

⁴ As transformações socioespaciais do litoral do Rio Grande do Norte – Brasil: o turismo e a ausência de sustentabilidade.

⁵ Antônio Jânio Fernandes é doutor em Geografia/IG/UNICAMP/SP e professor do Departamento de Turismo da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

⁶ A questão ambiental, riscos naturais e a aplicação de metodologia de Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) no turismo: caso do turismo residencial em Pipa/RN.

⁷ Antonio Aledo é Sociólogo e professor titular de sociologia ambiental do Departamento de Sociologia 1 da Universidade de Alicante, Espanha.

⁸ Erminio Fernandes é doutor em Geografia e professor do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

⁹ Mariana Torres Correia de Mello é mestranda do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (UFRN).

maioria da população local. Destaca-se, ainda, a importante utilização de dados frutos da pesquisa de Mello (2011) sobre os impactos do turismo residencial e hoteleiro em Pipa, que demonstram a exploração imprópria de áreas que legalmente deveriam ser preservadas. Por fim, o texto enfatiza a importante contribuição da criação do NEPA (Sigla para *National Environmental Policy Act*), em 1969, para os estudos de AIA (sigla para Avaliação de Impactos Ambientais), metodologia que permitiu evidenciar relações socioambientais conflitantes em Pipa, além de deixar claras as contradições do modelo de desenvolvimento turístico naquela localidade.

O capítulo quatro¹⁰ fecha a primeira parte¹¹ da coletânea, trazendo um estudo de caso sobre o município de Silves/AM, de autoria de Sousa¹² e Tello¹³. O texto apresenta as características do município de Silves, “[...] um dos povoados mais antigos do Estado do Amazonas” (SOUSA; TELLO, 2013, p. 79 *In AZEVEDO et al.*), de produção econômica tipicamente camponesa; expõe suas potencialidades para o ecoturismo, “[...] em função da riqueza de recursos naturais, onde despontam ricas áreas de várzeas, florestas, rios e lagos” (*Idem*, p. 89); além de relatar o processo de criação da ASPAC (Associação de Silves para Preservação Ambiental e Cultural), fundada em 1993, e suas funções, e a questão do turismo (e ecoturismo) comunitário. Algumas deficiências na infraestrutura de Silves vêm à tona, ainda que de forma secundária. O ecoturismo de base comunitária é apresentado como alternativa para se preservar a comunidade anfitriã, além de ser uma possibilidade de melhorias na qualidade de vida dos indivíduos envolvidos.

Na parte dois¹⁴ da coletânea, o capítulo cinco¹⁵, de autoria de Nóbrega¹⁶, objetivou “[...] discutir as principais estratégias de desenvolvimento turístico concebidas pelo poder público na região amazônica, a partir do uso de elementos naturais e

¹⁰ Turismo e meio ambiente: o caso de Silves, Amazonas.

¹¹ Intitulada *Turismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade*.

¹² Roberta Maria de Moura Sousa é doutoranda em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará – UFPA.

¹³ Júlio César Rodrigues Tello é doutor em Ciências Biológicas e Recursos Naturais e professor titular da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

¹⁴ Intitulada *Turismo, Relações Sociais e Comunidades*.

¹⁵ Turismo, desenvolvimento e políticas públicas: limites e avanços no Estado do Pará.

¹⁶ Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega é doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental (NAEA) e professor do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

culturais da região e a reconfiguração do urbano a partir do turismo” (NÓBREGA, 2013, p. 93 *In AZEVEDO et al.*). Seu texto resulta de um estudo realizado pelo grupo de pesquisa em *Turismo, Cultura e Meio Ambiente* da UFPA. A partir do texto entende-se que o turismo na Amazônia “[...] tem dado novos arranjos e configurações sócio-econômico-espaciais” (*Idem*, p. 92) às comunidades onde é explorado. No entanto, a problemática central consiste em entender até onde o desenvolvimento do turismo consistiu também no desenvolvimento local das comunidades. O autor afirma, por fim, que no Brasil ainda não se conseguiu desenvolver políticas públicas capazes de promover inclusão social de grande parte da população e que a região amazonense carece de investimentos em infraestrutura, o que tem prejudicado a atividade turística no local.

Na sequência do livro-coletânea, o capítulo seis¹⁷, contribuição de Azevedo¹⁸ e Soares¹⁹, é resultado de um estudo que objetivou analisar a percepção dos agentes que atuam no ecoturismo das UCs (sigla para Unidades de Conservação) de uso sustentável da APAJ (Área de Proteção Ambiental Jenipabu) e da RDSEPT (Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão). “A pesquisa buscou averiguar as relações entre conservação e consumo e suas influências no ecoturismo [...]” (AZEVEDO; SOARES, 2013, p. 116 *In AZEVEDO et al.*). Para tanto, utilizou-se uma abordagem qualitativa e de perspectiva crítica, na intenção de revelar “[...] que o uso mercadológico do prefixo “eco” tem atuado como uma nova roupagem para o que na realidade ainda se revela antigo, ou seja, usa-se a conservação como justificativa para mais um novo tipo de consumo” (*Idem*, p. 117). Os resultados da pesquisa revelam que, apesar de coexistirem intencionalidades mercantis em ambas UCs, na APAJ há predominância de características da sociedade do consumo em massa, enquanto na RDSEPT percebe-se, em certa medida, a predominância das características conservacionistas do ecoturismo. Conclui-se, portanto, com a possibilidade de inferir que o turismo realizado na APAJ não se caracteriza como ecoturismo, diferente do

¹⁷ Consumo e conservação no ecoturismo das UCs Áreas de Proteção Ambiental Jenipabu e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RN): a percepção dos atores que nelas atuam.

¹⁸ Francisco Fransualdo de Azevedo é doutor em Geografia e docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

¹⁹ Artemísia dos Santos Soares é mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

alinhamento existente na RDSEPT com as diretrizes do ecoturismo. “Esta distinção entre as UCs expressa que o ecoturismo é apropriado de várias maneiras pelo mercado, nem sempre considerando seus pressupostos fundamentais” (*Idem*, p. 123).

O capítulo sete²⁰ expõe parte dos resultados da Dissertação de Mestrado em Turismo de Maranhão²¹ (2012), e busca “[...] discutir a importância de uma relação justa e cooperativa entre os agentes que produzem e determinam a expansão do turismo em Natal/RN” (MARANHÃO, 2013, p. 138 *In AZEVEDO et al.*). Procura-se ainda construir uma análise do turismo enquanto atividade complexa, não o reduzindo aos aspectos econômicos e sociológicos, por mais importantes que sejam, para que se possa “[...] subsidiar novos elementos que forneçam avanços na construção e na validade de seu conhecimento, de sua *práxis* e por fim, da participação harmoniosa entre os agentes envolvidos com sua expansão” (*Idem*).

Encerrando a segunda parte da coletânea, o capítulo oito²² consiste num estudo bem próximo da sociologia urbana. Produzido por Fortes²³ e Silva²⁴, o texto reflete sobre como, na cidade de Natal/RN, surgiram realidades sociais tão distintas como o bairro de Ponta Negra (e seu entorno), destino turístico e cartão postal da cidade, e a comunidade Novo Horizonte. O artigo busca estabelecer uma comparação (incomum) entre esses extremos espaciais e sociais da cidade de Natal (FORTES; SILVA, 2013, p. 156 *In AZEVEDO et al.*), visto que, enquanto o primeiro destaca-se por suas ótimas condições de infraestrutura: avenidas e ruas bem pavimentadas, o segundo destaca-se por suas condições de subdesenvolvimento: carência de infraestrutura mínima, como áreas sem saneamento básico. Questiona-se a participação do turismo na transformação dessa realidade dispare. Compreende-se, por fim, que a responsabilidade não pode ser atribuída a atividade turística em si, mas sim a forma como se dão as relações de

²⁰ A *práxis* do turismo em Natal/RN e o capital social: uma articulação necessária.

²¹ Christiano Henrique da Silva Maranhão é Mestre em Turismo e professor colaborador do Curso de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

²² Caminhos entre um rio e o mar: residentes e turistas em zonas e realidades díspares no destino “cidade do sol” – Natal/RN, Brasil.

²³ Lore Fortes. Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília e Professora adj. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

²⁴ Michel Jairo Vieira da Silva. Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

produção, isso é o que tem determinado a má distribuição de renda que tem contribuído para conservar as desigualdades que caracterizam essas realidades. Ou seja, “[...] não se pode apontar o turismo como culpado, mas sim as prioridades e projetos de desenvolvimento e manutenção” (Idem, p. 169) do governo. Enquanto Ponta Negra e a Via Costeira recebem os principais investimentos em infraestrutura - em decorrência do turismo -, outras regiões da capital são esquecidas, como é o caso da comunidade Novo Horizonte, que é apenas um exemplo de muitos, em que o poder do Estado acaba acentuando as desigualdades sociais.

Iniciando a parte três²⁵ da coletânea, o capítulo nove²⁶ consiste numa contribuição de Alves²⁷, Maracajá²⁸ e Santana²⁹, e pretende “[...] investigar a complexidade do processo de captação de eventos nacionais e internacionais, mostrando sua importância para o turismo de eventos” (ALVES *et al.*, 2013, p. 171 *In AZEVEDO et al.*). Apresenta também algumas contribuições que eventos internacionais trazem para o país sede, focando especificamente na Copa do Mundo Fifa 2014 e nas Olimpíadas de 2016. Para finalizar, são tratadas as “[...] principais estratégias traçadas pelos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento do Turismo no Brasil, para o período que antecede e sucede a realização [...]” (Idem, p. 172) desses eventos, além de concluir apontando o turismo de eventos como uma alternativa para suprir a sazonalidade.

No capítulo dez³⁰, de autoria de Castro³¹ e Figueiredo³², observa-se um estudo de caso realizado na Estação das Docas em Belém/PA. O texto analisa as intervenções do governo do Estado do Pará em alguns espaços públicos, evidenciando a utilização de um discurso de "revitalização" desses espaços como forma de "contribuição" para o desenvolvimento do turismo. No entanto, o que se pôde observar, de fato, foi a atuação

²⁵ Intitulada *Turismo, Lazer, Políticas Públicas e Mercado*.

²⁶ Captação de eventos internacionais: uma contribuição para o desenvolvimento do turismo de eventos.

²⁷ Josemery de Araújo Alves é Mestre em Turismo pela UFRN e Professora efetiva do curso de bacharelado em Turismo, DCSH – CERES – Currais Novos.

²⁸ Kettrin Farias Bem Maracajá é Mestre em Turismo pela UFRN e Professora efetiva do curso de bacharelado em Turismo, DCSH – CERES – Currais Novos.

²⁹ Renata Laís Ferreira de Santana é Discente da 8ª fase do curso de bacharelado em Turismo (UFRN).

³⁰ Turismo, políticas públicas e espaços públicos urbanos: a Estação das Docas em Belém, Pará.

³¹ Cleber Augusto Trindade Castro é Turismólogo e Mestre em Geografia. Professor do IFPA (Campos Breves).

³² Silvio Lima Figueiredo é Doutor em Comunicação e Professor/Pesquisador do NAEA/UFGA.

exclusiva do aparato estatal ligado a políticas públicas para a cultura agindo - nesses espaços - sem articulação ou participação do órgão estadual responsável por políticas para o turismo. Ou seja, não havia diálogo entre os órgãos, sendo o desenvolvimento da atividade turística parte de um mero discurso, já que o órgão responsável pelo turismo não era ao menos consultado antes das intervenções do Estado. Isso permitiu observar que, mesmo o local sendo um dos principais pontos turísticos do estado, não tem ações sistemáticas voltadas para a área.

No capítulo onze³³ Virginio³⁴ trata o turismo enquanto atividade econômica, e dedicou-se a mostrar a relação e a distinção entre os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico, tendo como finalidade esclarecer as exageradas afirmações de que o turismo é gerador de renda, e, por isso, pode resolver o problema da desigualdade social. Além de concluir - sobre as políticas públicas de turismo no RN - que “não se pode dizer que a implementação da regionalização ocorra de forma plena no Estado, isso está longe de acontecer” (VIRGINIO, 2013, p. 227 *In AZEVEDO et al.*).

No capítulo doze³⁵ Zacarias³⁶ realiza uma revisão bibliográfica dos mais variados documentos legislativos para gestão do turismo em Moçambique, com a finalidade de examinar os efeitos da existência destes sobre a economia, demanda turística e nível de investimento. Além de problematizar o papel das instituições e regulamentos para o desenvolvimento e gestão da atividade turística (ZACARIAS, 2013 *In AZEVEDO et al.*).

O texto³⁷ de Bahia³⁸ e Figueiredo³⁹ encerra a terceira parte da coletânea ao apresentar um estudo sobre políticas públicas de lazer em Belém/PA. Aborda-se a temática do lazer como direito social básico, entendido como atividade relacionada ao melhoramento da qualidade de vida dos cidadãos. Conclui-se que nem todos têm a possibilidade de acesso ao lazer propriamente dito, seja por falta de condições

³³ Gestão pública e interiorização do turismo no Rio Grande do Norte: um paralelo entre desenvolvimento e crescimento econômico.

³⁴ Darlyne Fontes Virginio é Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

³⁵ Políticas públicas de desenvolvimento do turismo em Moçambique: da panaceia à prática.

³⁶ Daniel Augusta Zacarias é Mestre em Gestão da Água e da Costa pela Universidade do Algarve - Portugal, e Professor na Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane - Moçambique.

³⁷ Capítulo treze: Políticas públicas de lazer em Belém e abordagens intersetoriais.

³⁸ Mirleide Chaar Bahia é Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental, NAEA/UFPA.

³⁹ Silvio Lima Figueiredo é Doutor em Comunicação, ECA/USP.

financeiras, seja por falta de políticas públicas e/ou planejamentos estratégicos capazes de alcançar toda população. No caso de Belém, observa-se que o Plano Diretor, os programas e os projetos dos diversos órgãos possuem entraves em diversos pontos, e isso limita as ações de lazer, tornando-as tímidas.

Iniciando a parte quatro⁴⁰, o capítulo⁴¹ de Costa⁴² e Sobrinho⁴³ evidencia o equívoco metodológico em se estudar em primeiro plano o turismo, pois ele consiste no *a posteriori*, no resultado dos fatos e fenômenos *a priori* que devem ser analisados, antes de tudo, geograficamente. Enfatiza-se a necessidade de reconhecer a cidade enquanto fato, o urbano enquanto fenômeno, e o turismo como elemento *a posteriori*. Ou seja, o saber geográfico deve “[...] subsidiar a interpretação da prática socioespacial do turismo” (COSTA; SOBRINHO, 2013, p. 270 *In AZEVEDO et al.*). O trabalho teve como finalidade problematizar o que se considera como um dos principais sustentáculos do debate geográfico do turismo: a complexidade do conceito de cidade.

Silva⁴⁴ fecha a quarta parte com o capítulo quinze⁴⁵, texto que tem como finalidade analisar o turismo rural em Currais Novos/RN, seu potencial, seus recursos e atrativos turísticos. Como resultado, são propostas diretrizes e estratégias de expansão para o turismo rural nessa cidade, por ser ele uma forma de evitar o êxodo rural, além de melhorar a qualidade de vida da população. O estudo também revelou que “El turismo rural se desarrolla en *Currais Novos*, de forma incipiente, em los niveles estatal y municipal, principalmente por falta de inversiones financeiras” (SILVA, 2013, p. 309 *In AZEVEDO et al.*), além de haver “necessidad de un plan turístico y estratégico en las zonas rurales de *Currais Novos*” (*Idem*, p. 310).

Finalizando o livro, a parte cinco⁴⁶ nos apresenta resultados de estudos realizados em Moçambique, África. O capítulo dezesseis⁴⁷, de autoria de Sumale⁴⁸ e

⁴⁰ *Turismo e Questões Geográficas*.

⁴¹ Capítulo catorze: Cidade, urbano e urbanização: fundamentos metodológicos para o estudo do turismo.

⁴² Everaldo Batista da Costa. Professor Dr. Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, UNB.

⁴³ Fernando Luiz Araújo Sobrinho. Professor Dr. Dept. de Geografia da Universidade de Brasília, UNB.

⁴⁴ Sidcley D'sordi Alves Alegrini da Silva é Doutor em Turismo e Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

⁴⁵ Propuestas estratégicas para el fomento del turismo rural en Currais Novos/RN.

⁴⁶ *Turismo e Novas Tecnologias (Inovações)*.

Azevedo⁴⁹, é fruto de uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva, realizada através de levantamento bibliográfico e por meio de aplicação de questionários. O texto procurou mostrar a importância das TIC's para a promoção e divulgação do turismo no Município de I'bane à nível regional, nacional e internacional. A pesquisa concluiu que os agentes do turismo em I'bane fazem pouco (ou nenhum) uso das novas TIC's, permanecendo atrelados às velhas TIC's (telefone e fax).

Por fim, o capítulo dezessete⁵⁰, último do livro, consiste num estudo realizado por Cabo⁵¹, que objetivou “[...] buscar a resposta para a problemática da relação entre transporte aéreo e turismo em Moçambique” (CABO, 2013, p. 335 *In AZEVEDO et al.*), tentando compreender inicialmente como essas duas áreas estão estruturadas de uma forma geral. Foram analisados 26 formulários preenchidos por agentes do transporte e do turismo moçambicano. “O trabalho fez o levantamento percentual de cada fator-chave identificado na análise SWOT [...]”. Como pontos fracos foram destacados: passagens aéreas caras; desorganização interna do turismo; banimento das companhias aéreas no espaço aéreo europeu e etc. Concluiu-se que os pontos fracos têm maior relevância que os pontos fortes na relação transporte aéreo e turismo em Moçambique.

Como se pode observar, a coletânea tem como principal característica a abordagem do turismo enquanto atividade socio-econômica-cultural complexa, postura que se evidencia nas múltiplas formas que o turismo foi estudado pelos autores. Portanto, a atividade turística é vista em *Turismo em Foco* como uma área de estudo que transpõe as muitas análises que se limitam ao puro economicismo, enxergando, assim, a relevância do estudo desse fenômeno crescente para outras áreas do conhecimento humano.

⁴⁷ Uso das tecnologias de informação e comunicação para a promoção do turismo: caso da área urbana do município de Inhambane.

⁴⁸ Gouveia Dramane Sumale. Licenciado em Turismo. Universidade Eduardo Mondlane – Escola Superior de Hotelaria e Turismo I'bane.

⁴⁹ Helsio Amiro Motany de Albuquerque Azevedo. Mestre em Planejamento e Gestão Ambiental. Universidade Eduardo Mondlane – Escola Superior de Hotelaria e Turismo I'bane.

⁵⁰ Relação turismo e transporte aéreo em Moçambique: análise SWOT.

⁵¹ Francisco Cabo é Mestre em Transporte pela Universidade de Brasília (UnB), Brasil.

Cronologia do Processo Editorial

Recebido em: 12. maio. 2014

Aprovação Final: 06. jun. 2014

Referência (NBR 6023/2002)

AZEVEDO, F. F. et al. (orgs.). Turismo em foco. Belém: NAEA, 2013. Resenha de: FARIAS, Tássio Ricelly Pinto de. **Turismo: Estudos & Práticas (RTEP/UERN)**, Mossoró/RN, vol. 3, n. 1, p. 155-164, jan./jun. 2014.